

NECROPOLÍTICA, RACISMO E GOVERNO BOLSONARO

Guilherme Costa Garcia Tommaselli

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

E-mail: guilherme.tommaselli@ifms.edu.br

Resumo

O artigo se propõe fazer uma análise, acerca da conjuntura nacional, voltada à crise social, cultural, econômica e política hoje vivida e que está marcada sob o signo da raça. Portanto, este texto pretende pensar os signos da crise que se experiencia, na atualidade, por meio do conceito de necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe. O conceito de necropolítica pode ser utilizado como importante ferramenta de reflexão sobre as questões contemporâneas do país, especialmente, no cenário de ascensão conservadora e de extrema-direita, que se vive após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, e é nesse sentido que ele será aplicado à análise da conjuntura, buscando no texto de Mbembe as possibilidades de pensar o Brasil e o aprofundamento das tensões raciais diante da necropolítica do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Necropolítica; Racismo; Biopolítica; Bolsonaro.

NECROPOLITICS, RACISM AND BOLSONAR GOVERNMENT

Abstract

The article proposes to make an analysis, about the national conjuncture, turned to the social, cultural, economic and political crisis experienced today and that is marked under the sign of the race. Therefore, this text intends to think about the signs of the crisis that is currently experienced through the concept of necropolitics, by the Cameroonian philosopher Achille Mbembe. The concept of necropolitics can be used as an important tool for reflection on contemporary issues in the country, especially in the scenario of conservative and far-right rise, which is lived after the election of Jair Messias Bolsonaro, and it is in this sense that he will be applied to the analysis of the conjuncture, seeking in Mbembe's text the possibilities of thinking about Brazil and the deepening of racial tensions in the face of the necropolitics of the Bolsonaro government.

Keywords: Necropolitics; Racism; Biopolitics; Bolsonaro.

NECROPOLÍTICA, RACISMO Y GOBIERNO BOLSONARO

Resumen

El artículo propone hacer un análisis, sobre la coyuntura nacional, vuelta a la crisis social, cultural, económica y política vivida hoy y que está marcada bajo el signo de la carrera. Por tanto, este texto pretende reflexionar sobre los signos de la crisis que se vive actualmente a través del concepto de necropolítica, del filósofo camerunés Achille Mbembe. El concepto de necropolítica puede ser utilizado como una importante herramienta de reflexión sobre temas contemporáneos en el país, especialmente en el escenario de ascenso conservador y de extrema derecha, que se vive luego de la elección de Jair Messias Bolsonaro, y es en este sentido que será aplicado al análisis de la coyuntura, buscando en el texto de Mbembe las posibilidades de pensar sobre Brasil y la profundización de las tensiones raciales frente a la necropolítica del gobierno de Bolsonaro.

Palabras clave: Necropolítica; Racismo; Biopolítica; Bolsonaro.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Introdução

Não é novidade para parte dos brasileiros, especialmente aqueles que não aprovam o governo de Jair Messias Bolsonaro, que o presidente é racista. Digo que não é novidade, pois, mesmo antes de se tornar presidente, o então candidato Jair Bolsonaro, deu uma série de declarações racistas e preconceituosas como, por exemplo, a que comparou negros quilombolas à animais, em discurso no Clube Hebraica no Rio de Janeiro. Na ocasião, as palavras do atual presidente do Brasil ao relatar sua visita a uma comunidade quilombola do Brasil foram: “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”.¹ Esta declaração inclusive teve como consequência uma denúncia feita pela Procuradoria Geral da União (PGR) o acusando de racismo, que acabou sendo arquivada pela segunda turma do STF em uma decisão apertada, de maioria simples (3x2).

Com o arquivamento da denúncia, Jair Bolsonaro teve respaldo da suprema corte nacional (STF) que não considerou a sua fala racista, fato que ocorreu poucos meses antes dele vencer o pleito que o conduziu a presidência do Brasil. Portanto, não é de se espantar que no governo de Jair Bolsonaro a questão racial e, especialmente, a questão da população negra venha ganhando tons dramáticos, trágicos e dantescos.

Há alguns anos, o movimento negro no Brasil e uma série de intelectuais e pesquisadores, tem refletido sobre o genocídio da população negra. As análises sobre o impacto do racismo na vida da população negra levam a produção dessa narrativa do genocídio, alimentada por intelectuais e pelo movimento negro, boa parte inspiradas pela obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, do intelectual, artista e político, Abdias do Nascimento, que afirma: “[...] a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que vem se perpetrando contra o afro-brasileiro.” (1978, p.93).

O tema ainda é importante e recorrente no movimento negro e entre intelectuais negros, mas me parece, que a ascensão acadêmica do pensamento de Michel Foucault no Brasil e por consequência de correntes do pensamento e pensadores que dialogam com sua teoria,

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/11/stf-rejeita-denuncia-contrajair-bolsonaro-por-crime-de-racismo.ghtml>. Acesso em: 30/09/2020

como Joseph-Achille Mbembe, tem feito o movimento de analisar o mesmo problema que Abdias apontou, o genocídio da população, agora sob o prisma conceitual da necropolítica.

A questão do genocídio como já bem apontado por Abdias do Nascimento (1978), não se resume a violência policial, ela tem relação com toda uma mecânica de poder, que inclusive passa por uma política de Estado oficial de branqueamento, que visa privilegiar a população branca em relação aos negros.

Porém, a despeito de qualquer vantagem de *status* social como ponte étnica destinada a salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente se equivale àquela do negro: ambas vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca. O processo de mulatização, apoiada na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. E isto foi recebido com elogios caloroso e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (NASCIMENTO, Abdias. 1978, p. 69-70)

O fato é que os escritos de Abdias ainda são válidos, visto que o Brasil é ainda um país em que existe um imenso abismo entre negros e não negros. De acordo com reportagem do portal de notícias *on-line* Geledés, esse abismo social e de direitos pode ser observado atualmente mediante dados factuais, tais como: a taxa de analfabetismo entre negros é maior que o dobro da taxa entre brancos (negros: 9,9%; brancos: 4,4%); o rendimento médio dos trabalhadores negros é inferior ao dos brancos (pretos: R\$1570,00; pardos: R\$1606,00; brancos: R\$2814,00); a maioria das crianças em situação de trabalho infantil é negra (63,8% das crianças de 5 a 7 anos encontradas trabalhando, em 2016, eram negras); o desemprego entre brancos é menor (pardos: 14,5%; pretos: 13,6%; brancos: 9,5%). Ratifico, ainda, que esses são apenas alguns números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2018 utilizados como referência na reportagem do portal de notícias *on-line* Geledés.²

Portanto, é diante deste cenário, e na esteira desse movimento de renovação do pensamento sobre como o Estado e as políticas de Estado no Brasil podem ser pensadas sob o conceito de necropolítica, especialmente, como isso se torna mais grave e profundo, quando o

² Disponível em <https://www.geledes.org.br/quanto-vale-a-vida-de-uma-pessoa-negra/>. Acesso em: 05/10/2020

governo demonstra em seu discurso, ação e representação, como o faz o governo de Jair Bolsonaro, que o plano de governo é aprofundar as funções necropolíticas do Estado. Neste caso, este texto é uma tentativa de pensar a conjuntura do Brasil em 2020, levando em consideração os elementos apontados acima e tendo como referência central o conceito de necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe.

O conceito de necropolítica será utilizado como importante ferramenta de reflexão sobre as questões contemporâneas do país, especialmente, no cenário de ascensão conservadora e de extrema-direita, que se vive após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, e é nesse sentido que ele será aplicado à análise da conjuntura, buscando no texto de Mbembe (2016) as possibilidades de pensar o Brasil e o aprofundamento das tensões raciais diante da necropolítica do governo Bolsonaro. A partir do texto de Mbembe e dialogando com outras noções fundamentais para pensar esse cenário, como a noção de biopolítica de Michel Foucault, procurarei analisar como se articula no contexto nacional: necropolítica, racismo e governo Bolsonaro.

Da biopolítica à necropolítica: A invenção da América

O conceito de necropolítica é de autoria de Achille Mbembe, referência acadêmica mundial nos denominados estudos pós-colonialistas. A escolha do pensamento de Mbembe (2016; 2018) como ponto de partida do pensamento que pretendo desenvolver neste texto representa um enfrentamento à tradição do pensamento branco, como única e possível expressão do pensamento filosófico. É importante lembrar que isso não significa que pensar a partir de outra matriz seja um movimento de desprezo ao conhecimento europeu e branco, mas ao contrário, ele é um movimento de integração, movimento que o próprio Mbembe faz em seus textos conforme afirma Kouyouama:

Mas, ao mesmo tempo, contra todo pensamento pouco crítico que valoriza de maneira obsessiva o passado africano, a renovação do debate filosófico na África implica, também – como nos mostra Achille Mbembe em sua contribuição – uma ruptura com os discursos de isolamento, o que permite que se conceba outra maneira de se questionar filosoficamente a modernidade africana em suas diferentes figuras políticas, econômicas e

culturais. (KOUVOUAMA, ABEL. 2000)

Dessa maneira, posso dizer que Mbembe é, talvez o mais conhecido dos pensadores africanos na modernidade, mas que vem na esteira de um movimento maior e coletivo, com outros nomes representativos tais quais : Cheik Anta, Hampaté Bá; Kwasi Wiredu; Oyèrónkẹ Oyèwùmí; Wande Abimbola ; Abel kouvouam. Esses autores, instauram uma outra possibilidade de pensar, isto é, um pensar a partir da África, um olhar negro e africano para a crise racial que enfrentamos.

A centralidade que o conceito de necropolítica tem ganhado, nos debates acadêmicos sobre a violência do Estado e da polícia contra a populações marginais, coloca Achille Mbembe em destaque como um promissor filósofo mundial, o qual ajuda na ruptura do estigma de que a África não produz filosofia. Quando me refiro a filosofia, faço-o no sentido e na pretensão universalista e não apenas da regionalidade, isto é, a África e pensadores africanos, como os já citados e que são menos conhecidos que Mbembe, podem, devem, e há muito já contribuem para pensar o mundo.

Os críticos poderiam apontar que Mbembe, mesmo sendo um proeminente filósofo africano, parte de uma referência branca e eurocentrada, inspirada no pensamento de Michel Foucault, herdeiro da tradição filosófica ocidental branca. No entanto, embora a matriz de seu pensamento não seja africana, o olhar de Mbembe e a potência explicativa da necropolítica para a compreensão das vidas negras, no mundo, reforçam a tese de que este é um novo olhar, um olhar racializado a partir do preto, da África. É evidente a centralidade que a categoria de análise *raça* ganha, no pensamento de Mbembe, dos pensadores africanos e na própria construção e suas filosofias. Este fato não pode ser desconectado da própria experiência social destes pensadores, que são negros e africanos, e que, portanto, experimentam as relações sociais produzidas pela ficção racial, de forma objetiva e direta, e que muitas vezes se manifesta materialmente no abuso sobre o corpo negro, na própria desumanização do negro, na animalização de seu comportamento.

Nesta primeira parte do texto farei um trabalho de revisão conceitual, afim de articular o conceito de necropolítica, a noção de biopolítica, e o racismo à brasileira. De início darei uma pequena atenção a noção de biopolítica, observando como ela se articula ao *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.*

ISSN: 2176-5774

processo de colonização da América, e como, de acordo Mbembe (2016, p. 130), esta foi uma das primeiras experiências de implantação da biopolítica. Após esse momento, procurei articular a noção de biopolítica, com a colonização da América enquanto experiência biopolítica expressa na produção de uma sociedade racializada, evidenciando que esse processo histórico-social-político teve como uma de suas consequências a produção social do racismo, e, em última instância, o surgimento de estados necropolíticos.

Para aprimorar a reflexão sobre o conceito de necropolítica, é recomendado que o leitor tenha algum domínio sobre a noção de biopoder ou biopolítica, de Michel Foucault, do qual Achille Mbembe parte, a fim de criar o conceito de necropolítica.

Biopolítica não é uma noção que possa ser resumida de forma simples ou rápida. Nesse sentido, a redução que aplicarei a seguir se faz com o intuito apenas de apresentar aos desconhecidos o que constitui a biopolítica de Foucault. Assim, de acordo com o próprio Achille Mbembe (2016, p.123) a biopolítica ou biopoder poderia ser compreendida, com os cuidados antes mencionados, como “o domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu controle.”.

A biopolítica se refere ao movimento de controle do poder sobre a bios, isto é, a vida biológica, o dado orgânico, no entanto, a compreensão deste dado só é possível por meio do social, ou seja, ele não existe dissociado de uma produção narrativa. Neste sentido, me interessa pensar neste texto, como a biopolítica atua sobre o corpo negro em um estado historicamente racista? Quais os perigos que correm os corpos negros diante de um governo que opera sob uma lógica necropolítica em um estado racista?

Neste caso, para pensar a noção de biopolítica de modo articulado a de necropolítica é necessário compreender que, em casos como o brasileiro, a associação de ambas mantém uma relação indissociável com o racismo estrutural que organiza as relações e as hierarquias sociais no Brasil. Assim, é importante compreender que de acordo com o próprio Mbembe (2016) a colonização da América foi uma das primeiras instâncias de experimentações biopolíticas, o que significa que as sociedades coloniais, na América, foram criadas com centralidade na categoria *raça*. É preciso estar atento, por conseguinte, à circunstância de que a produção social da América colonial foi organizada racionalmente, como a experimentação de

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

uma sociedade racializada.

Portanto, conforme Mbembe (2016), não há possibilidade de pensar o ocidente moderno, ou as práticas políticas ocidentais modernas, se não consideramos como central o conceito de raça, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade que se dirige a povos estrangeiros e da própria dominação de um povo, que se produz sob essa perspectiva racial, como aconteceu na experiência de colonização da América.

A racialização da América implica a construção social, política, cultural e econômica de sociedades nas quais a raça seja fator determinante de *status* político e cultural ou, mais drasticamente, que a raça seja critério que defina quem é o humano e quem é mercadoria.

Mais profundo que a noção de homem/mercadoria, em *Crítica da Razão Negra*, Mbembe (2018, p.27) interpreta a raça como uma armação, como “uma forma de representação primária”. Ainda mais grave que isso, Mbembe (2018, p. 27) afirma que a raça é uma ficção de cariz biológico, uma invenção narrativa.

Primeiramente, a raça não existe enquanto um fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática, ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar atenção dos conflitos considerados, sob outro ponto de vista como mais genuínos- a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo. (MBEMBE, Achille. 2018, p. 28-29)

Assim, de acordo com esta leitura, os europeus se estabeleceram na América, de modo racional, com a intenção de aqui, em nosso continente, realizar a experimentação de um modelo de sociedade em que o branco (europeu) seja o centro hierárquico e que índios e africanos sejam subjugados à categoria de escravizado, e essa seria fundamentalmente uma experiência biopolítica.

É importante lembrar que, de acordo com Fanon (2015), a colonização mantém com o capitalismo um vínculo existencial, ou seja, a organização da estrutura colonial não foi pensada sob aspectos de desenvolvimento humano, porém, como desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, segundo Fanon (2015) o projeto da colonização é um projeto de desenvolvimento e expansão econômica do sistema capitalista e, como regra, não considera os direitos humanos e as desigualdades sociais; ao contrário, quanto mais desenvolvido e *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.*

aprofundado o modo de vida capitalista, mais naturalizadas ficam as desigualdades sociais expressas nas classes sociais, assim como o menosprezo aos direitos humanos, nos polos periféricos do capitalismo, leia-se: sociedades colonizadas.

A relação entre capitalismo e colonização apontada por Fanon (2015) é também reforçada por Mbembe (2018, p.21), que analisa como o capitalismo neoliberal se amarra a produção da condição do negro aprisionado ao trabalho, a serventia dos brancos, as escalas de trabalho inferior, a subjugação do corpo e da alma. De acordo com Mbembe (2020, p. 21) a invenção discursiva do negro é também associada à sua prisão ao capitalismo seja qual for sua fase, diz ele:

Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital.

No que diz respeito aos negros, e mais especificamente ao corpo negro, o capitalismo e o próprio neoliberalismo têm como efeito aquilo que o Mbembe (2018, p. 42) denomina de “um corpo de extração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento”.

Neste caso, a modernidade capitalista e o próprio sistema escravocrata, que movimentou o Atlântico Negro, se relaciona com a noção de necropolítica de Mbembe (2016), especialmente quando observado o papel da soberania na articulação dessa relação.

Necropolítica e o exercício da soberania na modernidade – A experiência da implantação biopolítica na América.

Em *Necropolítica*, Mbembe (2016) propõe um olhar diferente sobre a modernidade e sobre o exercício da soberania, no qual a centralidade da análise passa a ser realizada através dos conceitos de vida e morte, como conceitos centrais, para pensar a modernidade e a soberania. Enfatiza Mbembe (2016, p. 127):

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

O mundo da soberania [...] “é o mundo no qual o limite da morte na alegada necessidade de evitar a morte foi abandonado. A morte está presente nele, sua presença define esse mundo de violência, mas, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada, nunca para nada além disso. O soberano”, conclui, “é ele quem é, como se a morte não fosse... Não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites”.

De acordo com a passagem anterior, o exercício da soberania se dá, quando não há mais limite para a morte, ou seja, quando o direito de vida e morte está sob a decisão do soberano e os critérios que definem quem vive e quem morre, ou quais as vidas merecem ser vividas e quais as vidas não merecem ser vividas, são particularizados nesse sujeito.

Pensando o contexto nacional, em um exercício de análise histórica, poderia afirmar que, nos termos aqui apresentados, o soberano no Brasil colonial era o senhor de engenho, dono de escravos, o qual, no sistema escravocrata, era quem decidia sobre a vida e sobre a morte da população preta, sequestrada no processo brutal de escravização dos negros africanos, para a constituição das sociedades coloniais na América. No mundo do senhor de engenho, não havia limites: ele era o soberano, a própria personificação do poder e do exercício da soberania, na estrutura colonial.

Desse modo, a soberania moderna, pensada sob os termos de vida e morte, se caracteriza pelo exercício do direito de matar, o qual é permitido ao soberano, de sorte que o exercício da soberania moderna é a autorização de matar que se define sob as condições do costume, da cultura, das tradições.

Logo, conforme Mbembe (2016), a política pode ser compreendida enquanto um trabalho da morte; esta seria, talvez, a simplificação do conceito de necropolítica, sem considerar as implicações dessa relação entre política e morte. Assim, a necropolítica é a organização e a execução da política que visa à morte, e não da política que potencializa a vida.

A política que potencializa a vida é aquela responsável pela construção de escolas, hospitais, bibliotecas, livrarias, teatros etc. Por sua vez, a política da morte é a que potencializa a morte, isto é, ela quer distribuir armas, produzir guerras, encarcerar, vigiar, controlar, punir.

Sob estes elementos, podemos já a princípio perceber que o governo de Jair

Bolsonaro é um governo que está preocupado com em distribuir armar³, encarcerar, controlar, punir, ou seja, um governo que exerce uma política que potencializa a morte, no entanto, as mortes potencializadas tem endereço certo, isto é, são negros, pobres, indígenas, os que estão em situação de marginalização social, cultural, política, econômica, educacional.

É essa noção da política enquanto trabalho de morte que vai ser relacionada por Mbembe (2016) ao exercício da soberania, na modernidade. No limite, a política da morte e sua relação com a soberania é expressa no direito de matar, o qual é concedido ao soberano. Em outras palavras, a questão que se põe é: qual a relação da política com a morte?

Para responder à questão, é necessário, antes de tudo, abordar o racismo. Não há possibilidades de compreensão da conjuntura atual, caso não seja considerado o aspecto racial como primordial para a análise. Dessa forma, nos termos propostos por Mbembe (2016), precisamos repensar o racismo, agora o analisando sob os conceitos de vida e morte.

Por conseguinte, posso dizer que Mbembe (2016) traz uma nova leitura para o fenômeno do racismo, ao se propor pensá-lo nos termos de vida e morte, fato que deixará evidente que o racismo constitui uma política oficial de assassinatos, que organiza a sociedade para a compreensão das vidas negras como de menor valor e, por isso, vidas negras e corpos negros podem ser assassinados pelo soberano moderno: o estado burguês.

As reflexões de Mbembe (2016) produzem questionamentos: o que significa pensar o racismo, enquanto vida e morte? Como pensar o racismo, enquanto política de morte? Quais são as vidas que podem morrer? Quais são as vidas que devem viver? Qual o critério de escolha, para deixar viver ou fazer morrer?

No caso de uma sociedade racializada, os critérios da vida e da morte passam, sem dúvida nenhuma, pela raça. Na escolha de que vida vale mais, a raça é critério fundamental e organizador, o que se expressa nas mortes da população negra, vítima da violência do Estado.

³ Uma das bandeiras centrais da narrativa e do discurso de Jair Messias Bolsonaro, se concentra na liberação do porte de armas para civis. Essa narrativa inclusive é corpórea, percebida no gesto repetido durante a campanha, em que Jair Bolsonaro simula uma arma com a mão. Além da narrativa, desde que assumiu a presidência em janeiro de 2019, ele vem editando uma série de decreto presidenciais, no sentido de favorecer a regulamentação do armamento no país. O primeiro decreto da série foi o Decreto da Nova Regulamentação do Uso de Armas e Munições nº9.785/19, assinado em 7 maio de 2019.

É a raça que decide, no Brasil, nos EUA, na África do Sul e em muitos outros países do mundo, quem deve viver e quem pode morrer, ou seja, que vidas valem ou importam, e quais vidas não valem e não importam.

Posso afirmar, pois, que a necropolítica é uma política que assassina de acordo com a raça, isto é, o critério racial é organizador na política de mortes do Estado assassino. Para que não restem dúvidas sobre esse fato, desafio o leitor a encontrar, na história do Brasil, desde a colonização até os dias atuais, um ano em que a morte de brancos tenha sido maior que a de negros, nos assassinatos cometidos pelo Estado ou pelas instituições estatais. Infelizmente, o leitor irá convir comigo de que não existe, até então, uma possibilidade de tornar esse dado real, ou seja, é preciso admitir que o Estado brasileiro é um dos responsáveis pelas mortes das vidas e corpos negros, desde a colônia.

Assim, o racismo, pensado nos termos da vida e da morte, pode ser compreendido enquanto chance de viver e chance de morrer, e, nessa linha, as estatísticas são cruéis, ao definir com precisão que a raça é fundamental na possibilidade e na potencialização das chances de viver ou morrer, de qualquer sujeito que tenha nascido em uma sociedade racializada, como as sociedades coloniais da América.

Assim, no Brasil, qualquer negro tem muito mais chance que um branco de sofrer uma abordagem violenta de um policial ou até mesmo de ser assassinado pela polícia. De acordo com o Atlas da Violência 2020: “ Em todos os anos do último decênio analisado, a chance de um negro ser assassinada é muito superior quando comparada a de um não negro. Além disso, em quase todos os estados brasileiros, um negro tem mais chances de ser morto do que um não negro. ” (IPEA, p.48). George Floyd é apenas uma representação universalista da forma como a necropolítica mundial não se preocupa com o extermínio das vidas e dos corpos negros.

Nesse sentido, o Estado racializado pré-determina, em sua estrutura e organização, estatal e institucional, que os corpos negros são os alvos da morte do poder soberano, que possui o direito e a autorização para executar as vidas, que os “costumes”, a “tradição”, as culturas permitem. Ou seja, nesse tipo de organização social racista, o Estado autoriza o assassinato dos corpos negros, periféricos, marginais.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Aqui retomo a um ponto fundamental para a tese de Achille Mbembe (2016) e para a própria análise de conjuntura: a colonização. Segundo o autor, como já apontado neste texto, a colonização foi uma das primeiras experimentações biopolíticas na história humana. Diante de tal constatação, o autor eleva, também, a escravidão a elemento central de análise da modernidade. “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica.” (MBEMBE, 2016, p. 130).

O processo de colonização foi pensado, planejado e executado sob a perspectiva da construção de um modelo de sociedade subalterna, na qual o critério de escolha da subalternidade se expressa na raça. Podemos afirmar, sem nenhum medo de erro, que a América colonial é um continente em que se colocaram em prática as teorias racistas de supremacia branca, com o adicional da origem cultural nobre, nesse caso, europeia, à qual todo o resto do mundo – se não do mundo, ao menos do ocidente – deveria se curvar como modelo.

Nesse projeto de construção da supremacia branca e europeia, geralmente denominado eurocentrismo, os povos originários da América e os africanos foram tidos como raças inferiores, escravizados e postos em regimes de trabalho de servidão, em total desrespeito à sua organização social, econômica, política, e à sua própria produção cultural e religiosa.

Nessa perspectiva, pensar o processo de colonização é necessariamente pensar a produção de uma sociedade em que o conceito de raça é central para a construção da ideia da supremacia branca e europeia. É fundamental notar que a construção das sociedades coloniais americanas foi pautada e orientada sob a perspectiva da racialização, isto é, sistema em que a raça cumpre o papel de legitimar a dominação e as relações de poder, nas quais a perspectiva capitalista impõe aos não brancos o lugar de subalternos na divisão internacional do trabalho, aquele que chamamos de “outro”.

Dito isto, é importante compreender, na esteira de Mbembe (2016, p. 128), que racismo assim se define:

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”.

Portanto, o racismo seria uma tecnologia de morte que se executa através do biopoder, que age sobre o dado biológico (uma ficção) e, pois, produz uma sociedade racializada, a ponto de o critério raça ser central no direito à vida e à morte. Nesses termos, podemos usar como exemplo os inúmeros e repetidos casos de assassinato de crianças negras pobres, em favelas do Brasil, nos quais o tiro partiu da polícia⁴.

Em estados necropolíticos, o racismo cumpre uma função, de acordo com o autor: “[...] a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer.’” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Necropolítica, racismo e Governo Bolsonaro

Essa parte final do texto, visa articular os conceitos explorados até então, para realizar uma análise de conjuntura, em que fique visível aos olhos dos que ainda não enxergaram, que o governo de Jair Messias Bolsonaro desenvolve uma política da morte, em que o alvo é o corpo negro, indígena, feminino, LGBTQTI+, periférico.

Há, nas eleições de 2018 e na vitória de Jair Bolsonaro, representante da extrema direita e de um discurso notadamente racista, questões que podem ser respondidas, apenas se consideradas as categorias de análise que destaco: raça e classe.

No que tange à classe, é evidente que, mesmo que tenha obtido uma boa expressão de votos nas camadas populares, a vitória massiva de Jair Bolsonaro se deu nos municípios de média e alta renda do país, nos quais chegou a obter até 75% dos votos, ao passo que, na maior parte dos municípios pobres do Brasil, o candidato não chegou a obter nem 25% dos votos.⁵

⁴ De 2007 a 2019, cerca de 62 crianças negras foram assassinadas na cidade do Rio de Janeiro. Os assassinatos foram cometidos pelas forças policiais. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/saiba-quem-sao-as-seis-criancas-mortas-pela-violencia-no-rio-de-janeiro-em-2019.shtml> consultado em 05.out.2020

⁵ Disponível https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/actualidad/1540379382_123933.html . Acesso em: *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.*

Quanto à categoria raça, a questão do voto de muitos afrodecendentes no candidato racista se explica de forma mais complexa, visto que, nesse caso, é preciso levar em conta a variável da influência do segmento neopentecostal sobre as populações mais pobres e negra, além de não podermos desconsiderar que não há, no Brasil, um debate avançado sobre raça, identidade racial e racismo, a ponto de atingir as camadas populares e o cotidiano da maior parte da população preta e parda do país. Ainda predomina, em nós, um letramento racial branco.

Além disso, factualmente, nas cidades do Sul do Brasil, onde a maior parte da população é branca, Bolsonaro venceu as eleições com facilidade. Desse modo, de acordo com análise da pesquisa IBOPE dos resultados da eleição de 2018 apresentada pelo portal eletrônico El País, podemos sustentar que a vitória de Bolsonaro também é expressa através da categoria raça, em que, em um país de maioria negra (preta e/ou parda), ele obteve maioria dos votos da população branca.⁶ O fato de Bolsonaro ter vencido de forma expressiva entre o eleitorado branco, demonstra que a aposta na narrativa racista, tem efeito, especialmente na população branca que goza desde 1500 dos privilégios das constituições de um modelo de sociedade racializada.

A análise de classe e raça é fundamental para que se possa definir com maior precisão quem são os alvos da necropolítica, no governo Bolsonaro. Durante seu primeiro ano e meio de governo, por muitas vezes vi, ouvi e li análises segundo as quais o governo Bolsonaro era um desgoverno ou um governo sem projeto político.

Não tiro as razões de todas essas análises. No entanto, eu gostaria de apontar para o fato de que o governo Bolsonaro tem um projeto político muito claro e definido, se tivermos em vista o conceito de necropolítica e todas as implicações que discutimos neste texto.

Dessa maneira, desde a campanha de 2018 até o presente momento, é fácil perceber, no discurso oficial de Jair Messias Bolsonaro, que a necropolítica opera como centro e modo de organização do seu governo. Nessa linha, os alvos da morte política, não só política, mas

07.out.2020

⁶ Ibid.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

física e real, seriam prioritariamente aqueles que se denominam minorias, mas que nem sempre o são, na verdade, como o caso dos negros, os quais são cerca 54% da população brasileira, mas que, em nosso contexto, são enquadrados no conceito de minorias.

Como deixei claro, a necropolítica é uma política racializada. Assim, quando afirmo que há em operação, no Brasil, um plano de governo necropolítico, não há dúvida de que essa ação da política de morte, por elementos históricos, se dirige a índios, negros, pobres, mulheres, LGBTQI+, que são as ditas minorias. Historicamente, esses são os grupos alvos da necropolítica, no país, e que, a partir de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro, são os alvos da morte, do abandono e do desprezo total do Estado.

A necropolítica, no Brasil de 2020 vai além da violência policial, que mata diariamente a população negra, pobre e indígena, ou seja, ela é igualmente a negação da existência oficial desses sujeitos como cidadãos de direito e dignidade. O apagamento não é apenas físico, com a morte do corpo. A necropolítica se manifesta, também, no menor acesso à educação, ao lazer, à literatura, à felicidade, à dignidade salarial, à vida plena, ao direito de ir e vir, à vida livre de medo. Todos esses elementos atingem, de forma evidente, a comunidade negra, indígenas, pobres, mulheres, LGBTQI+, no Brasil.

Assim, o olhar racializado, a partir do preto, da África, conforme nos ensina Mbembe (2016; 2018), conjugado ao conceito de Necropolítica é fundamental para analisar a conjuntura do Brasil, em 2020. O Brasil é um país estruturalmente racista e de passado escravocrata, o qual não superou as mazelas da herança colonial, sendo, pois, uma sociedade racializada e organizada sob a perspectiva racista. Nesse caso, se fôssemos observar factualmente os dados econômicos e sociais de nosso país, não restaria dúvida de que, ao menos ao Estado brasileiro, o que importa são vidas brancas.

É importante dizer que esta análise de conjuntura não se restringe aos quase dois anos do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2020), mas procurei demonstrar como a política de governo implementada nestes dois anos vai na contramão das políticas estabelecidas no período da nova democracia brasileira, que se iniciou com a constituição de 1988. Ou seja, é importante não ignorar o fato de que o tema é antigo e não é exclusivo deste governo.

Vale dizer, que mesmo durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), o

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

tema do genocídio não deixou de ser central no debate do movimento negro e dos próprios intelectuais negros que ocupavam lugares de pesquisadores e professores universitários, muito destes devido as próprias políticas públicas de ações afirmativas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso e desenvolvidas pelos governos petistas, mas que de forma alguma, resolveram o problema do racismo e do genocídio da população negra. No entanto, a chegada de Jair Bolsonaro no poder com um discurso notadamente racista, apresenta uma mudança no comportamento dos governantes do país, em sua fase democrática, em relação ao negro e as minorias de direitos (mulheres, indígenas, LGBTQTI+)

O comportamento diferenciado de Bolsonaro diz respeito a sua postura pública e discursiva. O fato é que o atual presidente da república está envolvido em polemicas racistas, antes mesmo de ser eleito, tal qual, a já mencionada sobre a comparação pejorativa de quilombolas a animais e, também, em outras ocasiões, como a em que negou parte da escravidão e minimizou o processo brutal de violência no Brasil colonial contra os negros escravizados, em entrevista ao programa roda-viva transmitido pela TV Cultura em 30 de julho de 2018, em que afirmou “ se for ver a história realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos”⁷

A diferença neste caso é que, Bolsonaro venceu o pleito de 2018, com uma narrativa em que o racismo estrutural era parte integrante do discurso central, e posso dizer, que foi fundamental em sua vitória. Aproveitando-se de um momento de desequilíbrio democrático e acirramento ideológico, Bolsonaro apostou na narrativa racista, em um país historicamente racista. Neste caso, talvez não devêssemos ficar tão surpresos com sua vitória, visto que ele potencializou algo eu já existia na sociedade brasileira.

No limite, não foi Bolsonaro quem inventou o racismo à brasileira, no entanto, ele se aproveita do mesmo, para propagar um discurso racista aos moldes do Brasil, como quando, por exemplo, refuta as cotas e a dívida histórica com negros escravizados e seus descendentes ao afirmar:

Que dívida histórica é essa que temos com os negros? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida. (...)o negro não é melhor do que eu, e nem eu sou

⁷ Disponível em <https://exame.com/brasil/no-roda-viva-bolsonaro-questiona-escravidao-e-cotas/>. Acesso em: 04.out.2020

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

melhor do que o negro. Na academia militar das agulhas negras, vários negros se formaram comigo, alguns abaixo de mim e outros acima de mim. Pra quê cotas? ”.⁸

É possível notar que não se trata apenas de uma questão narrativa, mas também de uma estratégia política de fingir preocupação, ao mesmo tempo em que se criam mecanismos de invisibilizar as políticas racistas que o estado visa implementar. Podemos perceber o deslocamento narrativo para a efetiva prática política, ao observar o ato da presidência da república de autorizar a exclusão dos casos de violência policial do relatório anual de violação dos direitos humanos.⁹ Essa é uma evidente estratégia de ocultação de dados, que tem como finalidade sustentar a produção de uma falsa realidade, em que o racismo não existe ou se existe está em franca decadência e, mais grave que isso, forja uma compreensão da realidade que se adequa ao que o presidente reproduz em seus discursos, sem que se tenha acesso público aos dados de violência policial contra a população negra.

O Atlas da Violência 2020 nos ajuda a perceber como esse movimento tem uma finalidade de ocultar a violência que incide sobre a população negra. A pesquisa realizada pelo IPEA(Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas) apresenta os dados de morte entre os negros e não negros, e identifica que entre 2017 e 2018, houve uma redução na taxa de homicídios dos não negros em 13,2%.¹⁰ É importante salientar, que para o IPEA que é o órgão responsável pelo Atlas da Violência, não negros são: brancos, amarelos e indígenas. De acordo com os dados apresentados pelo Atlas da Violência 2020, a última década aprofundou as desigualdades raciais, e isso pode ser observado nos dados sobre a violência experimentada por negros e não negros. Entre 2008 e 2018, houve um aumento de 11,5% para negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.¹¹

É fundamental saber que boa parte dos dados de violência contra negros no país, especialmente quando envolve a morte de homens negros assassinados, tem historicamente na

⁸ Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 4.out.2020

⁹ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/12/governo-bolsonaro-exclui-violencia-policial-de-balanco-anual-sobre-violacoes-de-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em 5.out.2020

¹⁰ IPEA. Atlas da violência 2020. (p.47). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

¹¹ Ibid.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

maior parte dos casos relação com a violência policial, ou seja, o assassinato de negros pelos agentes do Estado. Por esse motivo, a ação do governo federal em não permitir a divulgação de casos de violência policial no relatório anual de violação dos direitos humanos é uma ação de produção e falsificação da realidade, que atinge as possibilidades de compreendermos mais a fundo como a violência policial afeta a população negra, ou em outros termos, de questionarmos o quanto o Estado é responsável pelo genocídio da população negra no país?

Quando se trata da população negra feminina o mais comum é o feminicídio, que também é maior contra as mulheres negras em comparação com as não negras como aponta o Atlas da Violência 2020 (p.37) “ *Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro*”.¹²

Os dados apresentados acima são uma pequena amostra numérica e insuficiente, do abismo racial que existe no Brasil entre negros e não negros. Mas do que isso, os dados nos ajudam a comprovar que não se trata de uma hipótese, mas de uma realidade material, o fato de que a população negra é historicamente a maior vítima de homicídios no país, e como já apontado, boa parte deles é cometido por agentes do Estado.

Considerações finais

A política do governo Bolsonaro, notadamente mantém a centralidade, na racialização e na subjugação histórica de pretos, pardos e pobres, e na manutenção da construção do imaginário social branco, segundo o qual onde há muito preto é local de criminalidade. Como em todo processo de colonização, a morte e os rituais de tortura e brutalidade fazem parte do cotidiano dos negros no Brasil.

Se estamos diante de um projeto necropolítico e miliciano, que coloca em perigo a

¹² Ibid.

maior parte da população do país, qual seria a nossa saída? Não tenho bola de cristal, nem tampouco acredito nelas ou que sirvam para fazer análises de conjuntura. Portanto, o que vou afirmar aqui é que não há um modelo de como agir. No entanto, se aceitarmos a ideia de que vivemos sob um governo necropolítico, para o qual as vidas negras não importam, vamos contribuir para o aprofundamento das políticas de morte.

De fato, os elementos que apresentei, combinados com os dados colhidos do Atlas da Violência de 2020, assim como as falas do presidente Bolsonaro que observei ao longo do texto, são fortes indícios de que a política da morte está em pleno funcionamento no Brasil e que as consequências mais drásticas deste processo terão impacto sobre a população negra, ou mais especificamente, sobre o corpo negro.

Na realidade, desde 1500 até 2020, as políticas oficiais do Estado brasileiro, caminharam majoritariamente, para fortalecimento da racialização experimentada na colonização, com pequenas exceções, especialmente no período pós 1988.

No entanto, a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, após um período de grave conturbação política (2013-2016) que culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, expôs a fragilidade democrática que hoje aos olhos mais atentos é bem visível, e além disso, trouxe à tona o desejo da branquitude brasileira, contido por alguns anos, em manter os privilégios sociais conquistados através da estrutura racista que fundou o Brasil. O caráter racial na decisão da escolha do presidente da república do Brasil em 2018 expressa esse desejo. Como demonstrado antes, Bolsonaro venceu as eleições com um discurso de base racista e preconceituosa, que foi legitimado pela maior parte da população branca, que majoritariamente o escolheu como presidente.

Esta escolha tem também o caráter de autorização do aceleração das políticas de morte, que tem como alvo os corpos negros. Aos que como eu, não concordam ou não autorizam essa política, cabe a denúncia, como a que aqui faço, e a reflexão sobre que caminhos devemos tomar para vencer esse período de extrema pobreza humana que vivemos no Brasil. Ousaria concluir que poderíamos começar revisitando a história dos quilombos, de Palmares, de Zumbi e, quem sabe, a partir daí, pensar em como derrotar este projeto de estado necropolítico que se desenvolve e se aprofunda no nosso país.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Referências

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

A SOMBRA das milícias sobre o governo Bolsonaro. Terra, 23 jan. 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-sombra-das-milicias-sobre-o-governo-bolsonaro_0e52c979cf8a5118bff3f84bc2a7cb13j7kywzy0.html. Acesso em: 10 jan. 2020.

BOLSONARO arrasa nas cidades mais brancas e ricas; Haddad nas mais negras e pobres. El País, 26.out.2018. Disponível em : https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/actualidad/1540379382_123933.html . Acesso em: 07.out.2020

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

GOVERNO exclui violência policial do balanço anual sobre violações de direitos humanos.G1, 12.jun.2020.

KOUVOUAMA, Abel. Pensar a política na África. Tradução para uso didático de KOUVOUAMA, Abel. *Penser la politique en Afrique. Politique africaine*, nº 77, mars-2000, p. 5-15, por Thiago Ferrare Pinto. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/abel_kouvouama_-_pensar_a_pol%C3%ADtica_na_%C3%81frica.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NO RODA VIVA, Bolsonaro questiona escravidão e cotas. Exame, 31.jul.2018. Disponível em <https://exame.com/brasil/no-roda-viva-bolsonaro-questiona-escravidao-e-cotas/>. Acesso em: 04.out.2020.

PORTUGUESES NEM PISARAM NA ÁFRICA, diz Bolsonaro sobre escravidão. Folha de São Paulo, 31.jul.2018. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 4.out.2020. Disponível em

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 179-199, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/12/governo-bolsonaro-exclui-violencia-policial-de-balanco-anual-sobre-violacoes-de-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em 5.out.2020

QUANTO vale uma vida negra?. Geledés, 02 jun.2020. Disponível em <https://www.geledes.org.br/quanto-vale-a-vida-de-uma-pessoa-negra/>. Acesso em: 5 out.2020.

SAIBA quem são as seis crianças mortas pela violência no Rio de Janeiro em 2019. Folha de São Paulo, 31.dez.2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/saiba-quem-sao-as-seis-criancas-mortas-pela-violencia-no-rio-de-janeiro-em-2019.shtml>. Acesso em: 5.out.2020

STF rejeita denúncia de racismo contra Jair Bolsonaro. G1, 17 set.2018. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/11/stf-rejeita-denuncia-contrajair-bolsonaro-por-crime-de-racismo.ghtml>. Acesso em : 30 set.2020.

Submetido em: junho de 2020
Aceito em: setembro de 2020